

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

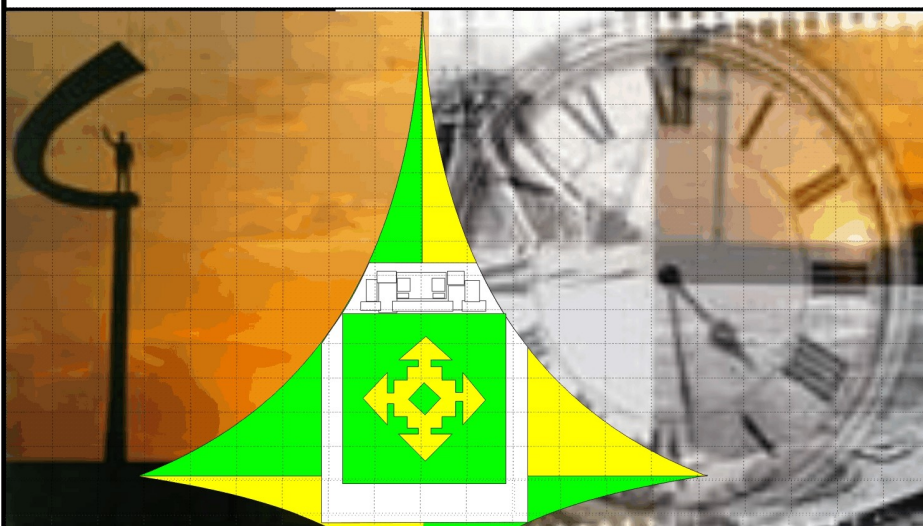
Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Cargo 36:
Técnico Legislativo

Aplicação: 15/1/2006



TARDE

Categoria: **Policial Legislativo**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 17/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 18 a 20/1/2006 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 8/2/2006 — Resultado final das provas objetivas e convocação para o teste de aptidão física, inspeção de saúde, avaliação psicológica e avaliação de conduta e idoneidade moral: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet: www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, sempre que usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

1 Em seu significado mais geral, a palavra poder
designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir
efeitos. Tanto pode referir-se a indivíduos e a grupos
4 humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como nas
expressões “poder calorífico”, “poder de absorção”).

Se o entendermos em sentido especificamente
7 social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em
sociedade, o poder torna-se mais preciso e seu espaço
conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à
10 capacidade do homem em determinar o comportamento do
homem: poder do homem sobre o homem. O homem é não
só o sujeito mas também o objeto do poder social. É poder
13 social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus
filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos
cidadãos. Por outro lado, não é poder social a capacidade de
16 controle que o homem tem sobre a natureza nem a utilização
que faz dos recursos naturais.

Naturalmente, existem relações significativas entre
19 o poder sobre o homem e o poder sobre a natureza ou sobre
as coisas inanimadas. Muitas vezes, o primeiro é condição do
segundo e vice-versa. Vamos dar um exemplo: uma
22 determinada empresa extrai petróleo de um pedaço do solo
terrestre porque tem o poder de impedir que outros se
apropriem ou usem aquele mesmo solo. Da mesma forma,
25 um governo pode obter concessões de outro governo, porque
tem em seu poder certos recursos materiais que se tornam
instrumentos de pressão econômica ou militar. Todavia, em
28 princípio, o poder sobre o homem é sempre distinto do poder
sobre as coisas. E este último é relevante no estudo do poder
social, na medida em que pode converter-se em um recurso
31 para exercer-se o poder sobre o homem.

Por isso não se podem aceitar as definições que,
inserindo-se em uma tradição que remonta a Hobbes,
34 ignoram esse caráter relacional e identificam o poder social
com a posse de instrumentos aptos à consecução de fins
almeçados.

37 O poder social não é uma coisa ou a sua posse: é
uma relação entre pessoas.

Mario Stoppino. **Poder**. *Apud* Sônia Maria Ribeiro de Souza.
Um outro olhar: filosofia. São Paulo: FTD, 1995, p. 155 (com adaptações).

Com base nas idéias e nos aspectos morfofossintáticos do texto,
julgue os itens seguintes.

- 1 O texto, em cujo parágrafo inicial identifica-se uma definição conceitual, caracteriza-se como dissertativo-argumentativo.
- 2 Nas expressões “poder calorífico” e “poder de absorção”, ambas na linha 5, o termo “poder” poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido do texto, pela palavra **efeito**.
- 3 Na construção sintática do período que inicia o segundo parágrafo, emprega-se o pronome “o” (ℓ.6) em referência a um termo que o sucede.
- 4 No texto, “mas” (ℓ.12) e “Todavia” (ℓ.27) diferenciam-se quanto à função sintático-semântica.
- 5 Identifica-se, no texto, uma contradição no poder social: a de o ser humano assumir, ao mesmo tempo, a função de sujeito e objeto de poder.
- 6 O autor do texto, conforme se constata nos dois parágrafos finais, considera reducionistas as concepções de poder que remontam a Hobbes.
- 7 De acordo com o texto, o poder social, em tese, não deve ser confundido com o poder sobre as coisas, embora a existência de um esteja, por vezes, vinculada à do outro.
- 8 Infere-se do texto que o ser humano corre o risco de submeter-se ao domínio das coisas materiais.

1 **Folha:** O prazer no trabalho depende do reconhecimento ao trabalhador?

4 **Dejours:** Sim. As pessoas desejam trazer contribuições às empresas e até reclamam esse direito. Tudo vai depender da forma como os superiores respondem.

7 **Folha:** A gestão participativa e as equipes de trabalho transformam o sofrimento em prazer?

10 **Dejours:** O sofrimento está sempre presente, inclusive nessas relações de trabalho. Não existe organização do trabalho perfeita. Mesmo que as situações de trabalho sejam duras, as pessoas se sentirão bem se houver reconhecimento. Da mesma forma, as equipes de trabalho podem resultar em prazer desde que a empresa reconheça a criatividade dos empregados.

16 **Folha:** O reconhecimento é a chave para o incentivo das pessoas ao trabalho?

19 **Dejours:** Parece que o reconhecimento proporciona uma resistência física muito superior. Uma pessoa que decide atravessar o oceano Atlântico, sozinha, em um barco, sabe que vai submeter-se a um trabalho duro e perigoso. Mas a expectativa de reconhecimento lhe confere capacidade de resistir a tal ponto que ela se sente melhor trabalhando que parada.

Denise C. Marin. *Trabalho traz pouco prazer, diz médico*. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 1.º/5/1994, p. 3, cad. 7. *Apud* Sônia Maria Ribeiro de Souza. *Op. cit.*, p. 145-6 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto acima, que apresenta trecho de entrevista, concedida pelo médico do trabalho e psiquiatra francês Christophe Dejours, julgue os itens que se seguem.

- 9 O pronome “lhe” (ℓ.21) está empregado em referência a “trabalho” (ℓ.20).
- 10 O tema do trecho da entrevista transcrito acima exemplifica um tipo de relação social de poder.
- 11 Na expressão “reconhecimento ao trabalhador” (ℓ.2), o emprego da preposição “a” anula a possibilidade de ambigüidade, o que não ocorreria caso fosse empregada a preposição **de**.
- 12 De acordo com o texto, prazer e reconhecimento no trabalho estão em relação de interdependência: o primeiro condiciona o segundo e vice-versa.
- 13 Na linha 13, a oração iniciada pela locução “desde que” tem valor adjetivo e poderia ser substituída pelo adjetivo **criativo**, o que garantiria maior concisão ao texto.
- 14 Altera-se o sentido original do texto caso o adjetivo “sozinha” (ℓ.19) seja deslocado para imediatamente após o substantivo “pessoa” (ℓ.18): **Uma pessoa sozinha que decide atravessar o oceano Atlântico em um barco (...)**.
- 15 A locução verbal “vai submeter-se” (ℓ.20) é semanticamente equivalente à forma **se submeterá**.

Considerando as normas para a redação de correspondências oficiais, julgue o item a seguir.

16 Como um dos atrativos da comunicação oficial por correio eletrônico é a flexibilidade, não se define uma forma rígida para sua estrutura nem há exigência de impessoalidade ou de emprego do padrão culto da linguagem nas mensagens encaminhadas por essa via.

Julgue os trechos de correspondências oficiais apresentados nos itens seguintes, conforme as exigências do padrão culto da linguagem.

17 Importa assinalar que a área de atuação desta Superintendência foi a região do país que mais cresceu nas últimas três décadas, para cujo o fenômeno muito contribuiu a eficácia e a eficiência dos programas políticos-sociais.

18 Reportamo-nos ao documento encaminhado em 21/10/2005, à Vossa Excelência, que se trata de solicitação de providências quanto ao aumento do efetivo de policiais legislativos desta Casa.

19 Informo que encontra-se em curso os procedimentos atinentes ao processo a que V. S.^a referiu-se e, assim que finalizados os resultados serão informados.

20 Em resposta ao ofício n.º 123/2005/SSP-DF, de 28/12/2005, no qual Vossa Senhoria solicita o encaminhamento dos documentos relativos aos processos administrativos instaurados nesta Inspeção, informamos que já foram tomadas as devidas providências para atender à sua solicitação.

Acerca da CLDF, julgue os itens a seguir.

21 O ouvidor-geral da CLDF é o membro da Mesa Diretora responsável por receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações sobre ilegalidades e mau funcionamento dos serviços da CLDF, bem como por realizar investigação prévia acerca de qualquer notícia de infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar.

22 Compete à CLDF legislar, com a sanção do governador do DF, sobre o regime jurídico dos servidores públicos da administração direta do DF.

23 A CLDF é representada judicialmente por seu presidente.

24 O vice-presidente deve ser do mesmo partido ou bloco parlamentar do presidente da CLDF.

25 A eleição da Mesa Diretora é feita mediante voto secreto.

Julgue os próximos itens, considerando a situação hipotética de que o governador do DF apresente proposta de emenda à LODF.

- 26** Se a mencionada proposta for aprovada mediante o voto de três quintos dos deputados distritais, ela deverá ser encaminhada ao governador do DF, para que ele a sancione e promulgue.
- 27** Se houvesse sido apresentada mediante iniciativa popular, a proposta em questão deveria ser inadmitida, porque a iniciativa popular é cabível apenas no tocante a projetos de leis ordinárias e complementares.
- 28** Uma vez recebida pelo presidente da CLDF, a referida proposta deverá ser enviada à Comissão de Constituição e Justiça, para que ela se pronuncie sobre a sua admissibilidade.

Acerca do processo legislativo, julgue os itens que se seguem.

- 29** Considere que, na votação nominal de um projeto de lei ordinária no plenário da CLDF, metade dos deputados presentes na sessão optem por abster-se e um terço dos deputados presentes votem pela aprovação. Nessa situação, a proposição será considerada aprovada.
- 30** As propostas de emenda à LODF e o projeto de lei orçamentária tramitam em regime de urgência.
- 31** Ocorre veto tácito quando o governador deixa de apreciar, no prazo de vinte dias, um projeto de lei aprovado pela CLDF e enviado para sua apreciação.
- 32** Na redação das leis, o uso de expressões em língua estrangeira, inclusive o latim, somente é permitido no caso de expressões consagradas pela doutrina jurídica que não possam ser traduzidas sem prejuízo de sentido.

Considerando que as propostas de emenda à LODF são submetidas a dois turnos de discussão e votação, com interstício de dez dias, julgue os itens seguintes.

- 33** O referido interstício deve ser entendido como de dez dias úteis e não de dez dias corridos.
- 34** Se uma proposta de emenda à LODF obtiver no plenário da CLDF votos favoráveis de 51% dos deputados distritais, ela deverá ser submetida a um segundo turno de votação, para que possa ser aprovada mediante maioria qualificada.
- 35** É admissível a proposição de emendas tanto no primeiro quanto no segundo turno de discussão.

O programa de governo de JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento”. Mais conhecido como Plano de Metas, o programa era, essencialmente, econômico. Dividia-se em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A construção de Brasília só foi incorporada ao Plano de Metas durante a campanha presidencial, mas rapidamente se transformou em uma das prioridades de Juscelino. Ele situava Brasília, aliás, em lugar de destaque, considerando-a “a grande meta de integração nacional” ou, ainda, a “meta-síntese” de sua administração.

O sucesso de JK na implementação do Plano de Metas ficou particularmente evidente na condução da “operação Brasília”, isto é, na construção e inauguração da nova capital e do “cruzeiro rodoviário”, composto pelas rodovias Belém/Brasília, Acre/Brasília, Fortaleza/Brasília, Belo Horizonte/Brasília e Goiânia/Brasília. Embora a literatura crítica tenda a considerar Brasília uma obra faraônica, sem outra maior relevância do que fazer a propaganda simbólica e ideológica do nacional-desenvolvimentismo, dificilmente poder-se-á compreender o governo JK sem a consideração da meta que, segundo a própria avaliação de Juscelino, sintetizava o “espírito” de sua administração.

Vânia Maria Losada Moreira. *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). *O Brasil republicano (3): o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 159-76 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos históricos e geográficos relativos a Brasília, julgue os itens que se seguem.

- 36** Na estratégia desenvolvida pelo governo JK, na qual Brasília desempenharia papel relevante, era fundamental a existência de uma infra-estrutura que permitisse a circulação de produtos alimentícios do interior para os centros urbanos e de produtos industrializados para as áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.
- 37** A construção de Brasília inscreve-se no projeto desenvolvimentista que, impulsionado pela administração JK a partir de meados dos anos 50 do século XX, integra um contexto histórico de rápidas transformações políticas, sociais e econômicas vividas pelo país.
- 38** A transferência da capital brasileira para o interior foi uma das poucas ações do governo JK que não sofreu cerrada oposição, como se depreende da leitura do texto. Isso se explica pela convicção generalizada, à época, de que o pleno desenvolvimento nacional requeria a integração de todas as regiões do país.
- 39** A importância conferida por JK à construção de Brasília pode ser medida pelo fato de que, ao se lançar candidato à presidência da República, ele fez do projeto da nova capital a síntese das metas de seu governo.
- 40** Infere-se do texto que a construção de Brasília não se traduziu apenas na mera transferência da capital, mas obedeceu ao propósito de promover a interiorização do desenvolvimento, o que possibilitou a abertura de vias de comunicação entre as regiões industrializadas do Sudeste e as áreas agroprodutoras do interior do país.

Ainda tendo o texto anterior como referência e considerando aspectos históricos e geográficos relativos a Brasília, julgue os próximos itens.

- 41** Diferentemente do que se poderia supor, o Entorno de Brasília apresenta notável autonomia econômica, pouco se relacionando com o DF, menos ainda, com os estados de Goiás e Minas Gerais. Isso se deve aos investimentos feitos na região, em grande parte financiados por organismos internacionais, dirigidos para setores básicos, como educação, saúde, saneamento e geração de postos de trabalho.
- 42** A expressão “grande meta de integração nacional”, citada no texto, sugere o duplo papel a ser representado por Brasília no contexto histórico de sua criação: de um lado, a integração territorial de um país-continente; de outro, a integração do sistema produtivo nacional.
- 43** Sob o ponto de vista da economia, a grande crítica à “operação Brasília”, a que o texto alude, é que ela estava voltada para o setor industrial urbano, omitindo-se por completo a economia rural, razão pela qual os setores políticos ruralistas opuseram-se radicalmente ao projeto de JK.
- 44** O desejo de situar a capital no interior do território brasileiro é antigo, remontando ao período colonial. A idéia foi defendida pelos inconfidentes mineiros e chegou a ser inscrita na primeira constituição republicana.
- 45** Marca do pioneirismo de JK, Brasília foi a primeira cidade brasileira construída a partir de um planejamento urbano.
- 46** O projeto urbanístico vitorioso que se transformaria em Brasília, saído das pranchetas do mundialmente conhecido e admirado arquiteto Oscar Niemeyer, contemplava um Plano Piloto e algumas cidades ao seu redor, logo batizadas popularmente de satélites, que seriam ocupadas por migrantes oriundos das diversas regiões brasileiras.
- 47** As singulares feições urbanísticas e arquitetônicas da capital brasileira inaugurada em 1960 levaram a UNESCO, órgão especializado das Nações Unidas para as questões de educação, cultura e ciência, a declarar Brasília patrimônio da humanidade.
- 48** O processo de demarcação da área onde seria construída a nova capital brasileira iniciou-se ainda no século XIX, realizado pela comissão exploradora liderada por Luís Cruls.
- 49** A área geográfica do atual DF contempla, do ponto de vista hidrográfico, um tripartite divisor: os rios Maranhão, que se dirige para a bacia amazônica; São Bartolomeu, direcionado para o Prata; e Preto, que corre para o São Francisco.
- 50** As cidades que compõem o DF apresentam características próprias, ainda que todas dependentes de Brasília. Assim, enquanto Taguatinga expande seu parque industrial, Brazlândia notabiliza-se como centro urbano economicamente sustentado pelo setor de serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à hierarquia das leis, à inconstitucionalidade e ao controle dela, julgue os itens a seguir.

- 51** O Poder Legislativo e o Poder Executivo, que têm o dever de zelar pelo respeito à Constituição, devem exercer o controle preventivo de constitucionalidade e impedir que um projeto de ato legislativo inconstitucional venha a ser aprovado.
- 52** A Constituição, lei que contém todas as normas fundamentais do Estado, sobrepõe-se a todas as demais normas jurídicas e aos limites por ela traçados estão todos sujeitos, inclusive os membros do governo.
- 53** O controle de constitucionalidade das leis é a verificação da adequação que deve existir entre a Constituição e as demais normas. Dessa forma, todo ato legislativo que contrariar a Constituição deve ser declarado inconstitucional.
- 54** A existência de um órgão que assegure a supremacia do texto constitucional é uma condição indispensável para que o controle de constitucionalidade seja exercido. No Brasil, nem todos os integrantes do Poder Judiciário podem declarar a inconstitucionalidade de leis nos casos sob seu exame.

O direito de greve não é simplesmente um direito fundamental, pois a sua natureza instrumental dá a ele a condição também de garantia constitucional, por funcionar como um meio previsto pela Constituição e colocado à disposição dos trabalhadores como um recurso para concretização de seus direitos. A respeito do direito de greve, julgue os próximos itens.

- 55** À Constituição Federal cabe somente definir quais serviços e atividades são essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, mas as penalidades para os abusos cometidos estão previstas em lei específicas.
- 56** A Constituição Federal de 1988 não admitiu o amplo direito de greve aos servidores públicos, pois restringiu o exercício desse direito aos limites que venham a ser estabelecidos por lei específica.

Direitos sociais são direitos dotados de conteúdo econômico-social que têm em vista a melhoria das condições de vida e de trabalho para todos. A respeito desses direitos, julgue os itens que se seguem.

- 57** O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não pode ser tomado como um direito social porque não foi mencionado no capítulo destinado à abordagem dos direitos sociais.
- 58** Os direitos sociais correspondem a uma prestação positiva do Estado em prol de setores menos favorecidos da sociedade.
- 59** A Constituição Federal contempla os direitos sociais relativos aos trabalhadores e sobre eles dispõe isoladamente.
- 60** A saúde, o lazer, a seguridade social, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância são direitos sociais que podem ser deduzidos do sistema constitucional, mas que não foram expressamente previstos por ele como tais.

Joaquim, policial civil de um estado da Federação, servindo-se de uma arma que lhe fora confiada pela corporação, em razão da sua função pública, atirou, em dia de folga, em Maria, sua namorada, por ciúme da amizade dela com Mateus.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes, a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- 61** Há responsabilidade subjetiva do Estado em relação a Maria pela falha na escolha e na vigilância do agente público, Joaquim, ao qual a corporação confiou a arma.
- 62** O dano provocado a Maria foi praticado por policial que se encontrava fora de suas funções públicas, assim, não existe relação de responsabilidade objetiva entre Maria e o Estado, já que o evento danoso não decorreu de ato administrativo, mas de interesse privado movido por sentimento pessoal do agente que mantinha relacionamento amoroso com a vítima.

Pedro, policial em exercício em fórum de cidade do interior de estado da Federação, cumprindo ordens emanadas do tribunal de justiça, editadas com a finalidade de garantir a segurança nas instalações do Poder Judiciário, executou a revista de um cidadão que pretendia adentrar o recinto de sala de audiência. Para tal, apalpou-lhe a cintura de forma a detectar a presença de arma.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, relacionados ao poder de polícia administrativo.

- 63** Na edição do ato normativo que fixou a realização de revista pessoal para entrada na sala de audiência, não foram devidamente equilibrados os valores em conflito no caso concreto, quais sejam, a intimidade da pessoa humana e a segurança pública.
- 64** O ato da revista, no modo descrito, está conformado à proporcionalidade que se deve exigir na execução dos atos decorrentes do poder de polícia.
- 65** A submissão pública de revista pessoal do cidadão, nessas condições, é atuação humilhante e, portanto, inconstitucional, por comprometer a dignidade da pessoa humana, visto que revela conteúdo discriminatório, ainda que se dirija a todas as pessoas, de forma indistinta.

Julgue os itens seguintes, relativos à impenhorabilidade e imprescritibilidade dos bens públicos.

- 66** A impenhorabilidade dos bens públicos impede o seqüestro da quantia necessária ao pagamento dos débitos fixados em decisões judiciais contra a fazenda pública.
- 67** De acordo com a imprescritibilidade dos bens públicos, que é decorrente da cláusula de inalienabilidade originária, ninguém pode adquirir esses bens enquanto eles guardarem essa condição. Essa qualidade impede a invocação de usucapião sobre os bens públicos.

É da essência do estado democrático de direito a existência de controles recíprocos entre os órgãos do Estado, em que pese a separação de poderes alçada à categoria de cláusula pétrea constitucional, em face da necessidade de se imprimir, democraticamente, visibilidade, transparência, moralidade e eficiência à atividade daqueles que exercem o poder político estatal, cujo titular é o povo.

Luís Roberto Gomes. *O Ministério Público e o controle da omissão administrativa: o controle da omissão estatal no direito ambiental*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

Com relação aos limites do controle judicial dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

- 68** O instituto do controle jurisdicional da administração pública demonstra a possibilidade de interferência hierárquica do Poder Judiciário sobre a condução das políticas da administração pública.
- 69** Tanto a ação como a omissão administrativas podem ser alvo do controle judicial.
- 70** É ilegítima qualquer intervenção judicial sobre atos discricionários da administração pública, pois o princípio da separação dos poderes tem o mesmo valor constitucional da discricionariedade.

Julgue os seguintes itens, relativos a infrações penais e a exclusão de ilicitude.

- 71** Nos crimes culposos, há, sempre, a produção de um resultado previsível mas não previsto pelo agente (ou eventualmente previsto e não desejado), mas que é produzido em razão de sua negligência, imprudência ou imperícia.
- 72** As contravenções são espécies de infrações penais que se distinguem dos crimes em razão da gravidade dos fatos descritos e das penalidades previstas. Assim, para os crimes, o legislador comina as penas de reclusão, detenção e multa, enquanto que para as contravenções são cominadas as penas de prisão simples e multa.
- 73** O estado de necessidade é uma causa de exclusão de ilicitude que pressupõe a repulsa a uma agressão a bem jurídico próprio ou de terceiro, devendo esta agressão ser proveniente da conduta humana.

Acerca de imunidades parlamentares e do cumprimento de medidas socioeducativas, cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 74** Pedro, menor com 16 anos de idade, cometeu ato infracional correspondente ao crime de latrocínio (roubo seguido de morte), cuja pena é de reclusão, de 20 a 30 anos. Nessa situação, em razão da menoridade, Pedro estará sujeito apenas a medida socioeducativa consistente na internação em entidade exclusiva para adolescentes, durante o período máximo de três anos.
- 75** Lindolfo, deputado federal, manifestando-se em discurso realizado no plenário da Câmara dos Deputados, proferiu palavras ofensivas a colega que estava sendo submetido a processo de cassação, imputando-lhe a prática de crime de corrupção passiva, porque teria recebido dinheiro de empresa que visava influenciar a aprovação de projeto de lei de seu interesse. Nessa situação, caso se apure a falsidade da imputação, Lindolfo responderá pelo crime de calúnia, pois que esse delito não se encontra abrangido pela imunidade parlamentar.

Em cada um dos próximos itens, referentes, respectivamente, a crimes contra a vida, a fê pública e a administração pública, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 76** Benício, servidor público, aproveitando-se dessa condição, apropriou-se, com vontade livre e consciente, de placas de som que haviam sido instaladas em computadores que estavam em sua posse em razão do cargo. Instaurado inquérito policial para apurar os fatos, Benício resolveu promover a reparação do dano, restituindo os objetos de que se apropriara. Nessa situação, a reparação do dano, por preceder o oferecimento da denúncia, ensejará a extinção da punibilidade.
- 77** Antônio instigou sua esposa Aída a se suicidar, a fim de que pudesse contrair novas núpcias. Aída disparou arma de fogo contra si, sendo que, embora não tenha falecido em razão dos disparos por ela realizados, sofreu lesão corporal de natureza grave, consistente na incapacidade para suas ocupações habituais por mais de 30 dias. Nessa situação, considerando que não houve a produção do evento morte, é correto afirmar que houve tentativa do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
- 78** Luciano recebeu, de boa-fé, uma nota falsa de R\$ 50,00, imaginando-a verdadeira. Posteriormente, ao analisá-la, suspeitou de sua falsidade. Na dúvida, contudo, restituiu-a à circulação. Nessa situação, a conduta de Luciano não pode ser enquadrada no crime de moeda falsa.

Em cada um dos itens a seguir, referentes, respectivamente, a crimes contra o consumidor e ao tráfico ilícito de entorpecentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 79** Ricardo, consumidor de drogas, visando animar sua festa de aniversário de 22 anos de idade, resolveu fornecer gratuitamente a seus amigos cigarros de maconha, substância entorpecente que determina dependência psíquica. Nessa situação, a conduta praticada por Ricardo pode ser enquadrada como tráfico ilícito de entorpecentes, mesmo tendo sido praticada sem intuito de lucro.
- 80** Como forma de aumentar suas vendas, um comerciante, que vende microcomputadores e presta serviços de manutenção a esse tipo de equipamento, costuma fazer afirmações falsas ou enganosas sobre seus produtos e serviços. Nessa situação, a prática descrita constitui crime contra o consumidor, consumando-se o delito com a causação de efetivo prejuízo econômico ao consumidor, uma vez que se trata de crime de dano.

Acerca do inquérito policial, julgue os itens subseqüentes.

- 81** Instaurado inquérito policial para apurar determinado crime de roubo, foram realizadas todas as diligências cabíveis visando a identificação de sua autoria, não se logrando êxito. Diante de tal situação, a autoridade policial deverá promover o arquivamento do inquérito.
- 82** O Ministério Público não poderá requisitar a instauração de inquérito policial para investigar crime que se apure mediante ação penal privada sem que haja manifestação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

Tendo em vista a competência para o julgamento de ações penais, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 83** Ivete cometeu crime de dano contra Elena. Nessa situação, tratando-se de delito de ação penal privada, somente se não for conhecido o local da infração, poderá ser proposta a ação penal no foro do domicílio de Ivete.
- 84** Hugo, prefeito de determinado município, praticou o crime de emprego irregular de verbas, tendo sido auxiliado por dois de seus assessores, caracterizando-se, portanto, o concurso de agentes. Nessa situação, tendo em vista a previsão constitucional do foro por prerrogativa de função em benefício dos prefeitos municipais, Hugo será julgado perante o tribunal de justiça do estado, enquanto que os demais serão julgados perante o juiz de primeira instância, por não terem direito a foro especial.

No tocante à prisão cautelar, julgue os itens seguintes.

- 85** Considere que um indivíduo, tendo cometido crime de latrocínio cuja autoria estava sendo investigada, compareça perante a autoridade policial e confesse a prática do delito. Nessa hipótese, em razão de sua colaboração na investigação criminal, o indivíduo não poderá, em face do crime por ele confessado, ter sua prisão preventiva decretada.

- 86** Considere a seguinte situação hipotética.

João arrombou a casa de Maria às 22 horas do dia 14/11/2005, tendo dali subtraído uma máquina fotográfica e um aparelho celular. Em razão de diligências realizadas pelas autoridades policiais, João foi encontrado às 6 horas da manhã do dia seguinte, de posse dos objetos subtraídos, tendo sido preso em flagrante.

Nessa situação, a prisão em flagrante é válida, mesmo tendo decorrido algumas horas desde a prática da infração penal, não devendo, por esse motivo, ser relaxada.

- 87** Considere por mera hipótese que um deputado distrital fosse surpreendido durante a prática de crime de homicídio. Nessa situação, por se tratar de crime inafiançável, o deputado poderia ser preso em flagrante, mesmo sem a autorização da CLDF.

- 88** A prisão preventiva tem como pressupostos a prova da existência do crime e de certeza de autoria, sendo seu objetivo possibilitar as investigações do inquérito policial.

Julgue os itens que se seguem, relacionados a fiança.

- 89** Os crimes de tortura, terrorismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, em face da Constituição Federal, são considerados inafiançáveis.
- 90** Considere que um indivíduo pratique crime de rixa, punido com pena de detenção de acordo com o Código Penal. Nessa situação, a autoridade policial que presidir a lavratura do auto de prisão em flagrante poderá conceder e arbitrar a fiança, não havendo necessidade de prévia intervenção judicial.

Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, no que diz respeito a procedimentos de primeiros socorros.

- 91** Em uma reunião, um dos participantes colocou na boca uma caneta com tampa e, por descuido, esta ocasionou-lhe a obstrução súbita das vias aéreas superiores. Nessa situação, para se obter a desobstrução das vias aéreas superiores, poderá ser utilizada a manobra de compressão subdiafragmática denominada manobra de Heimlich.
- 92** No atendimento a um caso de lesão, um socorrista, fazendo uso dos próprios sentidos, observou os sinais vitais de uma vítima, para, em seguida, realizar o diagnóstico que definiria sua conduta na prestação dos primeiros socorros. Nessa situação, por se tratar de caso de lesão, os sinais mais comuns são pele pálida ou avermelhada, suor, temperatura elevada e pulso rápido.
- 93** Uma pessoa foi atendida após ter sido encontrada caída no chão. No exame dos sinais vitais, detectou-se que ela apresentava pupilas desiguais. Nessa situação, o responsável pela prestação de primeiros socorros pode, acertadamente, concluir que a vítima sofreu dano cerebral.
- 94** Um servidor intoxicou-se ao ingerir soda cáustica por engano. Nesse caso, o atendimento correto a ser prestado à vítima deverá incluir o oferecimento de um a dois copos de água para diluir a substância ingerida, seguido de estímulo mecânico para provocação de vômito.
- 95** Uma vítima foi encontrada inconsciente, com parada respiratória e suspeita de trauma na medula espinhal. Nessa situação, a técnica correta para a desobstrução das vias aéreas é a manobra de inclinação da cabeça e elevação do queixo.

No que diz respeito a procedimentos de primeiros socorros, cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 96** Em um acidente, um indivíduo, após forte impacto contra a própria cabeça, apresentou, sucessivamente, rompimento de vasos, formação de coágulos intracraniais e, conseqüentemente, pressão contra o cérebro, que teve suas funções prejudicadas. Nessa situação, os dados são compatíveis com um quadro de concussão cerebral.
- 97** Em um acidente de trânsito, foi encontrada uma vítima com grande perda sanguínea e em estado de choque. Nessa situação, ao se prestarem os primeiros socorros à vítima, deve-se posicioná-la deitada, desobstruir-lhe as vias aéreas, elevar sua cabeça cerca de 20 a 30 centímetros, afrouxar-lhe as roupas, impedir a perda de calor corporal, controlar os sangramentos evidentes por compressão, não lhe dar água e(ou) alimentos e transportá-la para o hospital.
- 98** Uma vítima apresenta elevação da pressão arterial, juntamente com perda de consciência e diminuição da respiração e do pulso. Nessa hipótese, os dados são indicativos de que a pessoa tenha sofrido traumatismo cranioencefálico, e o socorrista, no atendimento à vítima, deve considerar que ela possua, também, uma lesão na coluna cervical, até prova em contrário.
- 99** Um socorrista foi chamado para atender a uma pessoa em estado convulsivo. Nessa situação, ele deve afastar objetos próximos para que a vítima não se machuque, permitir que os movimentos convulsivos ocorram naturalmente, segurar a cabeça da vítima a fim de evitar traumatismos e posicioná-la lateralmente para que não aspire vômitos e outras secreções.
- 100** Um servidor, ao realizar a limpeza das janelas de um edifício, caiu do segundo andar. Na avaliação de primeiros socorros, constatou-se que a vítima estava muito agitada, pálida, com a pele fria e úmida, suando muito, com pulso fraco e rápido, baixa pressão e com sede. Nessa situação, os sinais, inicialmente, evidenciam hemorragia.

Julgue os itens subseqüentes, relativos a técnicas policiais.

- 101** As medidas de prevenção utilizadas para dificultar a entrada, em um ambiente, de pessoas com o objetivo de praticar qualquer ato de violência incluem as barreiras perimetrais, a iluminação, os alarmes, as comunicações e os serviços de guarda.
- 102** Considere que, em um estabelecimento público, um servidor esteja respondendo a processo administrativo e, insatisfeito, inicie intrigas para provocar distúrbios nas relações entre subordinados e chefes. Nessa situação, é correto afirmar que o servidor teve a intenção de estabelecer uma ação de sabotagem ativa do tipo física, razão por que os responsáveis pela segurança do estabelecimento devem ficar atentos às atitudes do referido servidor, verificando sempre as alterações no quadro ambiental da instituição.
- 103** Se, durante a realização de trabalho de vigilância, um agente observar movimentações anormais de elementos suspeitos em posições estratégicas no interior da área de segurança, as medidas que ele deve adotar para garantir a segurança são: alertar os demais agentes de segurança, não perder nenhum movimento dos suspeitos, assumir posições defensivas e favoráveis à repressão de um ataque, realizar a abordagem de maneira firme e decidida, utilizando o fator surpresa, e identificar os suspeitos.
- 104** Em uma abordagem com busca pessoal contra parede, o revistado deve ser posicionado de frente para a parede, com as mãos apoiadas na altura da cabeça e os braços mantidos o mais separados possível; as mãos deverão sustentar todo o peso do corpo, ficando este inclinado de maneira a formar um ângulo com a parede; os pés deverão ficar bem separados e colocados o máximo para trás, com as pontas, paralelas à parede.
- 105** Ao realizar o serviço de ronda, o agente de segurança deve andar sempre em áreas iluminadas para estar visível, deve evitar hábitos de rotina e executar a atividade em horários diferentes.

Com relação a técnicas policiais, julgue os itens a seguir.

- 106** Considere que um agente de segurança, sem seus equipamentos de trabalho, flagre um assaltante furtando um estabelecimento comercial e decida imobilizar e conduzir esse assaltante até um local apropriado. Nessa situação, o agente deve defrontar-se com o assaltante, aplicar-lhe, de forma sincronizada, um empurrão nos ombros, obrigando-o a girar; em seguida, o agente deve introduzir um dos seus braços entre as costas e os braços do infrator, com o qual irá segurar-lhe os dois braços, e com a outra mão irá apoiar-se no ombro do assaltante, forçando-o para trás.
- 107** Considere que uma equipe de segurança, de forma velada, comece a seguir um veículo suspeito e resolva realizar uma abordagem. Nessa situação, o local adequado para se interceptar o veículo deverá ser após uma elevação, próximo a curva, cruzamento e(ou) construção bem iluminados e sempre distante de escolas.
- 108** Considere que um detido algemado reclame que a algema esteja machucando seu braço. Nessa situação, o procedimento correto é soltar o instrumento preso ao braço do detido para garantir-lhe o bem-estar e a segurança.
- 109** Para se conduzir um detido em uma viatura com três policiais, deve-se colocá-lo, algemado, no banco esquerdo traseiro, e o segundo policial deve sentar-se, também, no banco traseiro, do lado direito do motorista.
- 110** Caso um policial se depare com um suspeito bastante agressivo e precise imobilizá-lo para a colocação de algemas, esse agente deverá proceder da seguinte forma: após a projeção, com o suspeito deitado no chão e com o braço estendido e dominado na altura do peito do policial, fazer uma troca de mãos, iniciando a torção do braço do suspeito a partir do pulso, auxiliando com a outra mão apoiada no cotovelo dele, forçando-o a virar em decúbito ventral e finalizando com a montada nas costas e a colocação das algemas.

Ainda com relação a técnicas policiais, julgue os próximos itens.

111 Considere que um agente de segurança seja encurralado, contra uma parede, por um agressor mais fraco e de menor compleição física que a dele, que o tenta esganar. Nesse caso, a técnica indicada para a defesa é introduzir, de forma brusca, os dedos indicador e médio da mão de maior força na fossa subesternal do agressor e empurrá-lo para trás.

112 A forma correta de defesa contra um soco lateral é antecipar-se com uma passada para o lado da agressão, defendendo-se do soco com o antebraço, e, com o outro braço, abraçar-se ao agressor de tal modo que ele seja projetado contra o solo, para, então, poder imobilizá-lo e fazer a colocação das algemas.

113 Considere que um agente de segurança distraia-se durante o serviço de ronda, e uma pessoa, de forma súbita, tente agarrá-lo por trás e por cima dos braços, com o intuito de neutralizar sua ação. Nessa situação, para livrar-se do ataque, o agente deverá cair sobre a própria base, segurando os braços do agressor com os seus, com os punhos cerrados; em seguida, deve mover o quadril para o lado e passar uma das pernas na altura dos joelhos do agressor, projetando-o para trás e para o solo, fazendo, finalmente, a imobilização e a colocação das algemas.

114 Quando uma pessoa aponta uma arma de fogo na direção de um policial com intenção de atacá-lo, o procedimento correto de defesa a ser adotado pelo policial é avaliar o momento ideal para se defender; não se colocar em risco desnecessário; diminuir a distância; bloquear e sair da linha de ataque; antecipar-se e tomar a arma.

115 Para defender-se de agressão mediante golpe com faca contra a região torácica, o agredido deve antecipar-se dando um passo à frente e, com o braço do mesmo lado em que estiver a faca, aparar o golpe; com a outra mão, pegar na altura do cotovelo do suspeito, torcendo-o e puxando-o para si, e aplicar-lhe uma chave de braço, obrigando-o a largar a faca.

Julgue os itens seguintes, relativos ao conhecimento e à utilização de armas de fogo.

116 Para acionar-se corretamente a tecla do gatilho da arma, é necessário posicionar-se o dedo corretamente, contactando-o com a polpa da falange distal do indicador, no mesmo eixo do cano da arma, de modo que a pressão seja exercida da frente para a retaguarda.

117 A munição utilizada em armas de fogo deve ser verificada a cada mês, substituída a cada ano e, depois de cinco anos, só deverá ser utilizada após o exame de um perito.

118 O revólver é uma arma curta, de repetição, não-automática, composta por armação, tambor, cano e mecanismo. O cano, especificamente, possui um raioamento que pode ser dextrógiro — no sentido anti-horário — ou sinistrógiro — no sentido horário.

119 O controle da respiração proporciona melhor estabilidade no momento do tiro. Desse modo, quando um atirador elevar os braços acima do alvo, ele deverá prender o ar à medida que for trazendo a arma para a linha de visada.

120 Os princípios fundamentais do tiro são: empunhadura, posição, visada, respiração e acionamento da tecla do gatilho.